

CORREIO BRAZILIENSE

Número 14.301
Nesta edição: 122 páginasLONDRES, 1908, HIPOLITO JOSE DA COSTA, BRASÍLIA, 1960 ASSIS CHATEAUBRIAND
Brasília, Distrito Federal, 14 de julho de 2001

Preço: R\$ 3,00

Profissão

Auditores e contadores estão em evidência no mercado de trabalho
EMPREGO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CAFE

AMANHÃ, NO CORREIO

RESOLVA A PROVA DE HISTÓRIA
DO ÚLTIMO VESTIBULAR DA UNB
CABARITO, PÁGINAS 8 E 9

CONSULTÓRIO IMOBILIÁRIO
COMO EVITAR OS RISCOS EM CASO DE FALÊNCIA DA CONSTRUTORA
PÁGINA 4

CLASSIFICADOS

OFERTAS DE HOJE: 15.840

Imóveis	9.735
Veículos	2.641
Casa & Serviço	1.082
Negócios & Oportunidades	1.528
Emprego & Formação Profissional	873

LEON VALDO
LOURDES EMILIA
DORVAL ZEVIA
DORVAL ASSIS
O CARMO FERREIRO
ROSEBODEBRASÍLIA,
UM BOM LUGAR PARA ENVELHECER

Com espaços verdes e opções de lazer, a capital seduz a terceira idade. Pioneiros que viram a construção do sonho de JK caíram de amores pela cidade planejada. A população acima de 60 anos foi a que mais cresceu no Distrito Federal na última década. De 1991 a 2001, o número de idosos aumentou 70,75%

PÁGINAS 8 E 9

Eleição para governador no DF caminha em direção ao segundo turno

PÁGINAS 14 E 15

SUCESSO

Eleitores ignoram regra das coligações

Na hora de definir o voto, os eleitores dão pouca importância à norma do Tribunal Superior Eleitoral que obriga as coligações presidenciais a serem as mesmas nas disputas regionais. Segundo especialistas ouvidos pelo Correio, o brasileiro que vai às urnas está mais preocupado com o nome do político do que com o partido.

PÁGINA 18



O MICO ESTRELA

Garista do filme de lançamento da nova novela de R\$ 20 está disponível no vídeo com cores aos visitantes do Zoo de Brasília. Ballou é o nome do novo astro
CIGAS DA VIDA, CAFE

COTIDIANO

Como é a vida de um clandestino social

A pobreza no Distrito Federal deu margem a um novo tipo de excluído social, o clandestino. Gente que não tem registro civil, e por isso perde o direito a benefícios como atendimento médico e Bolsa-Escola. Pesquisa da FGV revela que 18,2% das famílias do DF têm renda per capita inferior a R\$ 80.

TEMA DO DIA, PÁGINAS 6 E 7

MICARÊ

ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA É O NOVO ENDEREÇO DA FOLIA
PÁGINA 16

XUXA

FIM DA PARCERIA COM MARLENE MATTOS AÇONA A FABRICA DE BOATOS
PÁGINA 15

TRÂNSITO

Acidente mata o cantor Claudinho

Artista retornava para o Rio, depois de fazer um show no interior de São Paulo, quando o Golf em que viajava foi fechado por um caminhão na Rodovia Presidente Dutra. O carro derrapou na pista, bateu em uma árvore e caiu numa ribanceira. Claudinho, da dupla Claudinho & Bebelê, morreu na hora.

PÁGINA 13

POBREZA EM BRASÍLIA

Sem acesso à moradia, ao trabalho e a outros direitos sociais previstos pela Constituição, os miseráveis do Distrito Federal vivem à margem dos benefícios da lei. Segundo estudo da FGV, 16,2% das famílias de Brasília têm renda per capita mensal inferior a R\$ 80

VIDAS CLANDESTINAS

Erica Montenegro e Carlos Alexandre
Da equipe do Correio

Agrimar Andrade, 40 anos, e Maria das Dores, 35 anos, esperam o novo filho para setembro. Será mais uma criança sem padrasto. Os maridos, desempregados e maquiados, não têm ninguém por eles. A miséria os transformou em clandestinos dentro da mais onívia metrópole.

A Constituição Federal enumera os direitos sociais do cidadão. O artigo 6º assegura a todo brasileiro "a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância". Mas, 14 anos depois após a promulgação da carta constitucional, o grau de exclusão social no país provocou o surgimento de uma parcela da população que vive de maneira clandestina.

É uma gente que não tem residência fixa; que, por ignorância ou omissão do Estado, está à margem dos serviços de saúde e educação; que não tem sequer identidade civil. Nesse último aspecto, um dado mostra o significado de ser um anônimo social. De três crianças nascidas no Brasil, uma não tem certidão.

O direito à moradia ainda é desconhecido para Agrimar e Das Dores. O casal tem endereço na desigualdade. O barraco de madeira erguido na invasão Vila Feliz, no Guará, pode ser derrubado a qualquer momento pela fiscalização. "Nossa vida é andar e desandar barraco", conta a mulher de pernas inchadas e dentes cariados. Ela e o marido sabem que não podem ficar ali, mas repetem que não há alternativa.

As 200 famílias instaladas na Vila Feliz têm poucos motivos para sorrir. Como ocorre na maior parte dos assentamentos de baixa renda do Distrito Federal, faltam condições de infraestrutura. A água vem através de um *canal* na rede de abastecimento; a energia elétrica é trazida por meio de ramplinas.

Os clandestinos do Distrito Federal podem ser identificados com ajuda de estatísticas. Uma pesquisa divulgada no ano passado pela Fundação Getúlio Vargas aponta a existência de 33 mil brasileiros — o equivalente a 16,2% da

população — na condição de "miseráveis". São famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 80.

Esse grupo de excluídos não consegue suprir sequer a necessidade mínima de alimentação, fixada em 2 mil calorias por dia segundo a Organização Mundial de Saúde. "A favelização de Brasília tem a mesma cara das outras metrópoles: é gente que não tem chance no mercado de trabalho", afirma o economista Marcelo Ileri, coordenador do Mapa do Fim da Fome da FGV. Nos cálculos de Ileri, se cada brasileiro acima da linha da miséria doar R\$ 5,4 seria o suficiente para quem ninguém passasse fome aqui.

DESEMPREGO

Para Agrimar, a carteira de trabalho — conquista social da década de 30 do século passado — nunca teve valor. O homem moreno e magro jamais arranjou emprego fixo. Como ele, 199 mil moradores do DF estão sem trabalhar. "Ninguém dá serviço para velho não", conta o paraibano. Além da falta de estudo e experiência, o endereço ilegal provoca constrangimento. "Da vergonha preencher uma ficha de trabalho dando endereço de invasão", conta Alexandre Paz Barbosa, 26 anos, vizinho de Agrimar na Vila Feliz. Ele trabalhou de motorista, cozinheiro e operador de telemarketing. Hoje também está sem emprego.

Segundo especialistas, os clandestinos não tem como superar a condição de miséria pelos próprios meios. "Eles não têm noção dos direitos que têm, muito menos de como reivindicá-los", afirma a professora Polyara Amazonas, do Núcleo de Política Social da Universidade de Brasília (UnB).

Para os indigentes, muitas vezes os direitos a serem reivindicados nada mais são do que os deveres atribuídos ao Estado, segundo o artigo 3º da Carta Magna. "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Na vida real, a escrita é outra.



O CASAL AGRIMAR E MARIA DAS DORES, COM OS FILHOS, NA INVASÃO VILA FELIZ, SEM ACESSO A DIREITOS BÁSICOS

Famílias sem documento

SÓ DEUS SABE COMO É O POBRE

É difícil a rotina de Vera Lúcia, 31 anos, e José Amâncio, 41, moradores de Padre Bernardo (GO). Miseráveis e analfabetos, eles nunca conseguiram emprego formal. Envelhecem sem direito a férias, 13º salário ou aposentadoria. Tem nove filhos. O mais velho tem 19 anos; a caçula, 11 meses.

Há muito Lúcia e Amâncio se entregaram ao conformismo. Acostumaram-se ao cotidiano de privações. Há cinco anos, não procuraram emprego. Passam o dia em casa fazendo preces para que Deus os salve deste mundo. "O povo não tem valor para político. Só Deus sabe que somos gente", fala Amâncio, evangélico da Assembléia de Deus.

A família é sustentada pelos filhos mais velhos Warlison, 19, e Liliane, 15. O rapaz descarrega caminhões, a moça é babá. Os dois largaram a escola antes de terminar o ensino fundamental. "E pobre tem saída?", pergunta Vera.

Os onze amontoam-se em um barraco de três cômodos, alugado por R\$ 50 mensais. Não tem colchão para todo mundo. Pai e filho mais velho dormem no chão. "Não dá para saber quando vai ter ovo. Todo dia o almoço é arroz com feijão", conta Lúcia, alta, negra, de cabelos desgrenhados.

Para fortalecer a ração, as crianças partem para os açougues da cidade à cata dos pedaços desprezados no corte. Normalmente voltam com a banha do boi — carne branca sem proteínas —, que é secada ao sol para depois ser cozida na panela de pressão.

Vera e Amâncio perderam o registro de nascimento e, por isso, não têm direito ao Bolsa-Escola do Governo Federal ou à cesta básica que o governo de Goiás distribui. "Nossa casa era de caixote, pegou fogo. Daí acabou-se tudo", lamenta Vera. Ela conseguiu 2ª via da certidão de nascimento para os oito filhos mais velhos. Tais, a mais nova, de 11 meses, ficou sem.

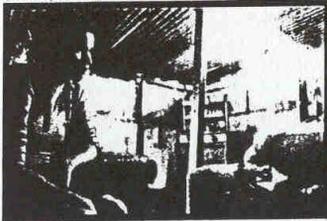
Eles pediram que parentes de Felixlândia, pequena cidade de Minas Gerais onde nasceram, mandassem o registro pelos Correios, mas o cartório de lá também não tinha notícia da existência do casal.

Edilson Rodrigues 28 e 02



JOSÉ AMÂNCIO E VERA LÚCIA, COM OS FILHOS: SEM REGISTRO CIVIL, FAMÍLIA PERDEU DIREITO AO BOLSA-ESCOLA

Antonio Siqueira 37 02



EDNA: "SOU POBRE, MAS NÃO SOU INDIGENTE"

EDNA, A MULHER SEM SOBRENOME

Clara Edinar, 21 anos, perdeu o sobrenome há três anos e seis meses. O registro de nascimento, único documento que a maranhense tinha, foi levado em um assalto à mão armada na Asa Norte. Naquele dia, Edna, como Clara prefere ser chamada, deixou de ser cidadã. Não pôde mais frequentar escola, ir a hospitais públicos ou registrar os dois filhos — Jean, um ano e oito meses, e Jaqueline, 3 anos.

No Hospital de Taguatinga, Edna teve de brigar para sair com os filhos da maternidade. Por medida de segurança, a assistente social não queria deixar

que a doméstica maranhense saísse sem documentos com o recém-nascido nos braços. Depois dos dois partos, a tia dos bebês, irmã de Clara, precisou assinar termos de responsabilidade. "Sou tratada como indigente. Sou pobre, mas não sou indigente", repete Edna, branca, magra, de sorriso incompleto.

Jean e Jack, apelido de Jaqueline, não foram registrados até hoje. No caso de Edna, os meninos não podem ter certidão de nascimento porque a mãe, formalmente, não existe. Toda vez que as crianças adoecem, ela passa por constrangimentos no posto de saúde. "É uma chateação só", reclama.

Nesta época de seca, a família moradora na Estrutural — maior favela do DF sem água encanada, ruas asfaltadas ou sistema de captação de esgoto —, padece com as doenças respiratórias. No verão, o inimigo mais poderoso é a dengue.

Os parentes que ficaram no Maranhão já tentaram reaver a certidão de nascimento de Edna, mas o registro não foi encontrado no cartório. A moça, então, abandonou o assunto. Conhece pouco das letras — estudou até a 3ª série. "Eu consigo a Bíblia, mas quem interpreta é o pastor". Mesmo que queira, Edna não tem condições de reconhecer reconhecer seus direitos na Constituição.

Edna chegou a Brasília há dez anos e veio trabalhar na casa de uma família. Os patrões não deixaram que ela permanecesse na escola, então sobram à moça apenas as primeiras letras. "Quem tem oportunidade chega aonde quer, quem não tem está pelo caminho", lamenta.

Hoje Edna trabalha na casa de uma comerciante,

no Setor de Chácara Vicente Pires. Ganha R\$ 300 por mês. O salário ajuda no sustento de Jean, Jack e do marido, Gilbério, 23 anos.

EM BUSCA DE DIGNIDADE

Mateus nasceu no último dia 28 de maio. Não foi registrado porque a mãe, Ana Cláudia, 18 anos, não tem certidão de nascimento. Quem fala pela moça tímida, de cabelos negros, é a avó de Mateus, Maria José Pereira, 47 anos: "Somos da roça e lá não é costume registrar criança. É só aos 18 anos mesmo".

Maria José, o marido Emiliano, 48 anos, e os quatro filhos vivem em Brasília há cinco anos. Fugiram da miséria de Viçosa (CE) para serem pobres no Distrito Federal. Aqui se esforçam para se adequar ao progresso da capital.

Pagam R\$ 300 para uma advogada resolver a história da filha e do neto porque cansaram de esperar o defensor público. "Agora que temos advogada, as pessoas nos tratam como gente", diz, satisfeito, Emiliano. Ele trabalha como limpador de vidros no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). É analfabeto.

A vida da família melhorou aqui. A renda do casal chega a R\$ 900. Ela é faxineira no quartel-general da Polícia Militar. Os filhos mais novos — Ana Cláudia, Ana Lúcia e Raimundo — foram à escola pela primeira vez no DF. Tinham, respectivamente, 12 anos, 13 anos e 18 anos.

Maria José brigou muito para que a filha sem documentos frequentasse o colégio. "A gente tem de saber exigir nossas coisas, senão vira bobo", diz.

Há oito meses, o casal deixou de pagar aluguel e comprou um terreno na Estrutural, onde construiu uma casa de alvenaria de três cômodos. Maria José e Emiliano transformaram a sala em uma vendinha para as moças administrarem. "A gente vai pra frente aqui", garante a esperançosa Maria José, que estudou até a 3ª série e pretende completar o 1º grau. "Gente sem conhecimento não é nada neste mundo", afirma.

Jefferson Rudy 38 e 02



ANA CLÁUDIA, COM MATEUS NO COLO: PELA CIDADANIA